



De outra banda, os participantes do grupo focal do 20º BPM, atuantes na área administrativa daquele batalhão, mostraram-se bastante à vontade, foram mais receptivos e comunicativos. O clima de integração e descontração do segundo grupo possibilitou uma conversa em um tom menos formal, favorecendo a coleta de informações de forma mais espontânea. Percebeu-se que os soldados homens e mulheres deste grupo expressaram as suas opiniões com menos controle e censura e exteriorizaram um pensamento mais radical em relação à concepção de polícia e a perspectiva de atuação da BM, revelando, ainda, pouco aprofundamento sobre o conceito de Direitos Humanos, embora todos fossem estudantes da área jurídica.

No grupo focal realizado no Batalhão de Operações Especiais – BOE, sete policiais disseram morar com uma companheira, sendo que todas elas já tinham o ensino superior completo ou estavam em vias de concluir a graduação. Cinco participantes possuíam um total de seis filhos, sendo que quatro crianças estudavam em escolas públicas e duas em privadas. Contaram que ingressaram na BM entre 2002 e 2010, e cinco deles atuavam na instituição há dez anos. Entre eles, alguns já possuíam a graduação completa, um estava cursando a segunda graduação e outro era aluno de pós-graduação. Dentre os cursos escolhidos, o principal é Direito, com cinco soldados, outros dois cursavam educação física, um cursava letras e o outro, história.

Os soldados do segundo grupo focal eram lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM) e todos haviam ingressado na mesma turma, no ano de 2012. O grupo era formado por seis homens e duas mulheres com idade entre 25 e 28 anos. Somente dois eram solteiros e os demais eram casados, todos sem filhos. Os participantes, em sua maioria, cursavam faculdade de Direito, à exceção de dois que estudavam Serviço Jurídico, um curso tecnólogo à distância com custo reduzido em relação ao bacharelado – eles destacaram a possibilidade de, posteriormente, migrar para o Direito. Importa destacar que uma das participantes já possuía formação em Serviços Penais, e outro estudava em uma instituição de ensino localizada há mais de 150 quilômetros da capital, na mesma cidade em que residia.

III – O ensino superior na Brigada Militar

Prevista no artigo 129 e seguintes da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 1989, a BM é a polícia militar gaúcha, sendo a única instituição policial brasileira a possuir um nome próprio. Suas origens são reconhecidas por um



passado de luta e protagonismo nos períodos históricos do Rio Grande do Sul (RUDNICKI, 2007: 155), possuindo uma trajetória que chega aos 182 anos de operação no Estado. A BM é a instituição policial responsável pelo policiamento ostensivo, preservação da ordem pública, guarda externa dos presídios e polícia judiciária militar, atuando, ainda, excepcionalmente, na guarda interna de casas prisionais.

A implementação da Lei Complementar Estadual nº 10.992/97, que tornou obrigatória a graduação em Direito para o ingresso na carreira de oficial na BM, emerge da necessidade de uma polícia militar jurídica e culturalmente mais qualificada, com maior grau de abstração, sofisticação e nível de complexidade. Nesse sentido, GOLDSTEIN (2003: 354) diz que a formação superior reforça a imprescindibilidade de pessoas inteligentes atuando no campo policial e, sobretudo, na administração da polícia, conferindo mais confiança e *status* à atividade policial.

[...] Espera-se que a educação superior traga a tão necessária respeitabilidade, dignidade e *status* para o serviço policial. Argumenta-se que o policial com nível superior, cuja educação se iguale ou supere a da maior parte das pessoas com quem ele tem contato, tende a trabalhar com muito mais confiança e de uma maneira muito menos defensiva. O requisito educacional é visto como uma indicação daquilo que a agência – ou o campo policial como um todo – pensa de si. (GOLDSTEIN, 2003: 354)

A partir desta concepção, é possível observar o manifesto aumento no número de faculdades e universidades que ofertam cursos projetados para a atuação policial (GOLDSTEIN, 2003: 352), com padrões educacionais e disciplinas curriculares voltadas para a formação do agente. No entanto, o autor alerta para a despreocupação com o conteúdo a ser ensinado aos policiais e aponta que o diploma não está vinculado a qualidade do conteúdo que se é ensinado, pois “Dado o grande número de faculdades e o número de pessoas que as frequentam, o diploma em si reflete muito pouco do valor ou da relevância da experiência educacional.” (GOLDSTEIN, 2003: 358)

Neste panorama, os soldados ouvidos nesta pesquisa mencionaram as dificuldades em razão de serem estudantes policiais. Foram pontuados obstáculos tanto na faculdade, pelo uso da farda, porte ostensivo de arma de fogo e linguajar corriqueiro (de uso interno dos batalhões), assim como no batalhão, ao fazerem uso de uma linguagem culta e própria da esfera jurídica. Relataram que, dentro da universidade, são vistos como ignorantes e, por vezes, são recriminados pela linguagem coloquial assimilada em razão do contato com gírias e hábitos comuns do



serviço de rua. Estes padrões inversos de fala nos diferentes ambientes em que transitam geram uma exigência de alternância constante de vocabulário.

Não apenas por essa razão, mas, também, relacionado a questões de afinidade decorrentes da profissão, os soldados relataram que os policiais colegas de faculdade procuram se unir dentro do ambiente educacional. De acordo com os relatos, o grupo de colegas policiais é de fácil identificação e se destaca entre os demais alunos da classe: “Tem bastante Brigada que faz Direito, né? Se junta sete brigada ali junto” e “Até a gente vê na hora do intervalo, o grupinho é a Brigada e os outros”.

Acerca do relacionamento e entrosamento no ambiente universitário, a maior dificuldade apontada pelos policiais são os conflitos com professores de diferentes posicionamentos tidos como ideológicos ou políticos. Os soldados relataram que percebem a universidade como um ambiente de "doutrinação" proporcionado pelos professores. Nesse contexto, foi relatado que:

Ela (professora) *tava* discutindo algum tema sobre abordagem, *botava* algum vídeo lá e as *polícia* já... Só aquela parte que o cara *tá* só metendo pau, não tem toda a ação. Aí a gente tentou dizer que não, que não era assim e tal...

No mesmo sentido:

Mas foi com professores mesmo, eu sinto que eles não querem te ensinar, eles querem te doutrinar. Querem assim, ó... É tão grosseiramente que até os colegas que não são policiais ficam indignados. Será que isso *tá* certo, será que isso tem que ser assim mesmo? Acho que o problema maior são os professores.

Nesse contexto, convém mencionar que o ensino das faculdades de Direito, em razão do seu caráter fortemente conservador, em geral, não está direcionado para o exercício de reflexões, mas, sim, propõe-se a reiterar as normas jurídicas vigentes (RUDNICKI, 2007: 304 e 305), de modo que aqueles docentes que se dispõem à prática do exercício de reflexões e críticas em sala de aula, exercem grande influência sobre os seus discentes durante a trajetória acadêmica. Ora, dos relatos dos soldados, percebe-se que há um descontentamento com professores que se propõem a pensar e debater as estruturas sociais e institucionais em sala de aula, não havendo a compreensão por parte dos alunos policiais sobre um princípio acadêmico primordial, que é proposta de um espaço de desenvolvimento do debate e do pensamento crítico, mesmo que confrontem suas concepções pessoais.



Eu tô me formando em letras, né, pelo curso à distância, mas quando eu decidi fazer, eu optei pelo português, né, pra prestar outros concursos.

Na opinião de outro policial universitário, há graduações que não acrescentariam à Brigada e isto poderia servir como desestímulo para seguir na carreira militar. Nesse sentido, foi aduzido que:

A gente tem colega de turma aí que se formou em engenharia. O objetivo dele não é ficar na Brigada, porque ele sabe que na Brigada ele não tem futuro. Um engenheiro dentro da Brigada, o que ele pode fazer? Nada. Fora, ele vai ganhar muito mais.

Destarte, foi possível perceber uma preferência dos policiais universitários pelo curso de Direito, opção que foi definida, sobretudo, em razão das condições salariais disponíveis no mercado de trabalho para profissionais com formação na área jurídica. No entanto, com relação ao requisito instituído pela Lei Complementar Estadual nº 10.992/97, alguns participantes divergiram entre si e questionaram a valorização específica da graduação no curso de Direito na Brigada Militar:

Na Brigada, hoje, eu sou formado em história e não serve pra nada, eu posso talvez dar algum curso de soldado agora, ganhar minhas *hora aula* e *cabô*. Eu posso fazer, então, um bico aí legalizado, dar aula em qualquer outra instituição, mas, hoje, eu não tenho tempo... mas a Brigada não valoriza porque eu tenho um curso superior, só valoriza se o cara se formar em Direito.

Um soldado contrapôs a noção de supervalorização do curso de Direito, defendendo que a formação jurídica efetivamente contribui com a prática da atividade policial. Observou, ainda, as diversas possibilidades de concursos públicos que a graduação na área jurídica possibilita:

Acho que Direito, na nossa profissão, pelo que tá no nosso dia a dia, é o que mais se adequa. Não vejo outra opção no momento. E, além de abrir um leque de cursos, dá pra trabalhar em 'n' áreas.

De modo unânime, os policiais afirmam que foi notória a modificação nas condições de acesso ao ensino superior nos últimos anos, não só em razão de políticas públicas de acesso à universidade promovida por governos anteriores, mas, também, pelo surgimento de novas instituições de ensino, com modalidades de cursos à distância e de baixo custo. Nesse sentido, um dos policiais mencionou a facilidade que é, nos dias atuais, ingressar em uma universidade e conseguir manter-se de forma flexível na graduação, havendo a possibilidade de adaptação do tempo dedicado aos estudos conforme o período disponível na rotina pessoal:



Hoje, o acesso à faculdade, ao curso superior, *né*, [palavra inaudível] é muito mais fácil. Hoje, eu consigo fazer em casa uma faculdade. Há quinze anos atrás, a gente não conseguia, mas, hoje, o curso superior é... Não é difícil alcançar. Posso fazer em casa uma faculdade de dois anos, EAD, e já tô apto a fazer o concurso. Então, hoje, é muito mais fácil... É muito mais fácil pra entrar com um curso superior.

No entanto, alguns policiais consideram altas as mensalidades das universidades relatando que enfrentam dificuldades financeiras para o êxito na conclusão do ensino superior. Assim, alguns soldados entrevistados salientaram o alto custo de suas faculdades:

A mensalidade da minha faculdade é enorme, então eu tenho dificuldade de conseguir pagar faculdade, pagar carro, pagar casa, pagar todas as minhas contas.

Conforme anteriormente mencionado, o curso de Direito é uma opção para a maioria dos estudantes policiais em razão das possibilidades de escolha em concursos públicos, viabilizando, também, ascensão em diversas carreiras profissionais. É unânime entre os entrevistados a condição de que a permanência na BM depende da reestruturação do plano de carreira e da possibilidade de crescimento profissional na instituição. Nessa linha, um dos participantes fez a seguinte colocação:

Eu penso em ir para a Polícia Civil, por todos os benefícios que a gente vê que eles tem. Porque aqui não tem expectativa, daqui há dez anos é capaz de continuar soldado, e mais outros dez continuar soldado. Em um curso pra sargento abre vinte vagas, e a ideia é fazer pra capitão, mas *pô*... Se eu não consegui pra sargento, como é que eu vou conseguir (pra capitão)? É muito mais difícil. Então hoje eu já penso em ir da Brigada pra Polícia Civil.

Na mesma esteira, um dos soldados enfatizou:

Eu também penso, porque se não mudar o plano de carreira... O plano de carreira é muito ruim para soldado, ainda mais que os concursos para sargento são poucos. Se não mudar, eu pretendo, também, ir para a Civil.

Quando questionados em relação à possível mudança no concurso de soldado, que incluiria o nível superior como requisito para ingresso na Instituição, os policiais estudantes, em sua maioria, posicionaram-se de forma favorável:

A tendência, se vai melhorar o nível cultural, acho que o nível cultural de toda a tropa vai ser melhorado, acredito que seja bom, é uma tendência todo mundo ter curso superior, não interessa o curso que tenha, mas pelo menos que o cara tem o mínimo de conhecimento a mais do que ter o nível médio. Acho que seria útil.



No que tange à remuneração atual, entendem que é adequada se comparada a outras profissões em início de carreira, que, da mesma forma, exigem somente o ensino médio completo como pressuposto para a ocupação do cargo ou vaga de emprego. Nesse sentido, um soldado comentou:

Conversando com a turma de soldados que eu tô dando aula ali, já tá ganhando dois e oitocentos, quase três mil reais. Com dezoito anos, no mercado comum, aí na rua ninguém ganha isso com segundo grau completo.

Em outra fala:

Eu penso que o ser humano está sempre pensando em melhorar. Antes de eu entrar para a Brigada eu trabalhava na iniciativa privada e ganhava um salário pequeno, queria passar num concurso. Quando eu consegui passar num concurso, hoje, o meu salário em tese é bom comparado ao que eu ganhava antes.

Porém, alguns agentes consideram que o salário percebido atualmente ainda não é o suficiente para suprir despesas familiares indispensáveis para a manutenção da qualidade de vida:

Eu acho que não é suficiente, né?! Não é adequado pra dar uma qualidade de vida pro policial militar e muito menos pra família, né?! Hoje, um policial militar que vem do interior pra Porto Alegre, que ele tem que alugar uma residência aqui, ele não consegue manter uma família, né, com uma qualidade de vida digna. Então, a maioria, noventa e nove 'vírgula' nove por cento dos policiais, tem que se submeter a fazer um bico, né, um complemento. Então, ao meu ver, não é digno nem justo...

Por conseguinte, os policiais ressaltaram que a remuneração não guarda proporcionalidade com a relevância social da função que exercem, destacando, também, a exposição a risco que sofrem diariamente em decorrência da profissão:

Eu já acredito que o salário do policial militar, aquele que tá na rua ali mesmo, que combate ali, ele é muito, muito baixo. Muito baixo porque ele é um cara que tá, ele... É uma função totalmente importante pra sociedade, entendeu?! Então, eu acho que esse salário... É essencial e esse salário não condiz com o quão essencial ele é pra sociedade.

Acerca desta perspectiva, importa salientar que existem questões atinentes à função social da atividade policial bem como a atuação dos agentes em relação ao modo como ela é percebida pela população. Nesta esteira, FLORINDO (2011: 180) ressalta que os policiais compreendem o seu ofício como uma atividade que não é socialmente valorizada, pois se identificam enquanto integrantes de uma instituição "mal amada" (MONET, 2001: 276) e, desta forma, a sua atuação e relevância é

**DIREITOS HUMANOS,
ESTADO DEMOCRÁTICO DE
DIREITO E DIREITOS SOCIAIS**
19 e 20 de setembro de 2019
UNESC - CIRCUMA
www.unesc.org.br/circuma



**II SEMINÁRIO
INTERNACIONAL EM
DIREITOS HUMANOS
E SOCIEDADE**
IV Jornada de Produção
Científica em Direitos
Fundamentais e Estado



Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2007.

_____. O ingresso de Bacharéis em Direito na Polícia Militar Gaúcha.
Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, p. 108-137, julho/dezembro 2008.